

Mensagem de Ano Novo e Dia Mundial da Paz

«Os processos efetivos duma paz duradoura são, antes de mais nada, transformações artesanais realizadas pelos povos, onde cada pessoa pode ser um fermento eficaz com o seu estilo de vida diária» (FT. 231).

Cada ano começa com um convite a contemplar o presépio e n'Ele descobriremos o mistério da revelação de Deus na pessoa do Seu Filho Jesus que encarna no seio de Maria de Nazaré. Deste modo, em contexto de natal, somos incentivados a descobrir na profundidade do mistério revelado a figura de Maria de Nazaré como Mãe de Deus.

Igualmente este primeiro dia de cada ano é dedicado à causa da Paz. Logo a seguir ao Concílio Ecuménico Vaticano II e sob a inspiração do Papa Paulo VI, inicia-se um itinerário de reflexão, de oração e de mobilização em favor da paz.

De facto, se nos longínquos anos sessenta, do século passado, se sentia vivamente a ameaça à paz pelo confronto entre os dois blocos que dominavam o mundo, agora, quando todos pensávamos que já teríamos alcançado uma maturidade e experiência, social e cultural, que obrigariam a encontrar a solução dos problemas com que se depara a humanidade através do diálogo e pela promoção da justiça e do bem comum; pelo contrário, voltamos ao primitivismo da guerra que vitima tantas pessoas, populações e sobretudo inocentes.

Urge voltarmo-nos para a causa da paz.

1. O itinerário para a paz a ser percorrido por todos. Já S. Paulo VI, em 1968, na sua primeira mensagem para este dia, afirmava que «nós pensamos que esta proposta interpreta as aspirações dos povos, dos seus governantes e das entidades internacionais que intentam conservar a Paz no mundo; das instituições religiosas, tão interessadas no promover a Paz; dos movimentos culturais, políticos e sociais que fazem da Paz o seu ideal; da juventude, em quem mais vivas estão as perspectivas de caminhos novos de civilização, necessariamente orientados para um seu

pacífico desenvolvimento; dos homens prudentes que veem quanto a Paz é necessária e, ao mesmo tempo, quanto ela se acha ameaçada».

Ao afirmar que esta proposta de todos caminharmos nas sendas que conduzem à paz não se limita ao domínio religioso, mas quer abraçar todos os amigos sedentos de paz, refere que «a Igreja católica, com intenção de servir e de dar exemplo, pretende simplesmente “lançar a ideia”, com a esperança de que ela venha não só a receber o mais amplo consenso no mundo civil, mas que também encontre por toda a parte muitos promotores, a um tempo avisados e audazes, para poderem imprimir ao “Dia da Paz”, a celebrar-se nas calendas de cada novo ano, carácter sincero e forte, de uma humanidade consciente e liberta dos seus tristes e fatais conflitos bélicos, que quer dar à história do mundo um devir mais feliz, ordenado e civil».

Ainda a propósito deste inspirador texto e porque continua a ser muito actual, dada a situação de conflito que não só continua a dominar no mundo de hoje, mas que se torna mais agressivo dada a utilização de armas mais sofisticadas e agressivas com consequências ainda mais nefastas, reconhecemos que «a Paz funda-se subjectivamente num espírito novo que há-de animar a convivência dos povos, num novo modo de pensar o homem os seus deveres e o seu destino».

E, acrescenta-se, «um longo caminho resta ainda a percorrer, para tornar universal e operante esta mentalidade: uma nova pedagogia deve educar as novas gerações para o respeito mútuo das nações, para a fraternidade dos povos e para a colaboração das pessoas entre si, e, tudo isto afinal; em vista do próprio progresso e desenvolvimento».

Daí que «os organismos internacionais, instituidor para este fim, devem ser sustentados por todos, melhor conhecidos, dotados de autoridade e de meios idóneos para a sua grande missão».

São de enorme actualidade as palavras do Papa S. Paulo VI, neste texto citado quando afirma que «não se pode, pois, falar de Paz, legitimamente, quando não são reconhecidos e respeitados os seus sólidos fundamentos: a sinceridade, ou seja, a justiça e o amor, tanto nas

relações entre os estados, como no âmbito de cada nação; entre os cidadãos e entre estes e os governantes».

Na verdade, continua o texto, exige-se salvaguardar «a liberdade dos indivíduos e dos povos, em todas as suas expressões, cívicas, culturais, morais e religiosas; caso contrário, não se terá Paz; ainda mesmo que, porventura, a opressão seja capaz de criar um aspecto exterior de ordem e de legalidade, no fundo haverá um germinar contínuo e insufocável de revoltas e guerras».

2. Um renovado apelo à paz vivido no quotidiano. Realmente, a edificação da paz exige um compromisso de todos.

Normalmente, olhamos para os conflitos como algo longínquo ou dependendo da responsabilidade de outros. Raramente nos implicamos no gerar de litígios que, aos diversos níveis, colocam a paz em risco.

O processo que leva à edificação da paz exige uma verdadeira educação para a paz e passa pelo compromisso nos pequenos gestos pessoais, na relação inter-pessoal, na família, nas comunidades, nas associações, no domínio político, ideológico e na promoção da fraternidade bem fundamentada.

É tempo de cuidar dos critérios, dos valores, isto é, do tecido que leva à paz e que todos somos chamados a tecer. Todos estamos implicados.

Como sublinha o Papa Francisco, «o percurso para a paz não implica homogeneizar a sociedade, mas permite-nos trabalhar juntos» (FT. 228).

Aliás, «pode unir muitos nas pesquisas comuns, onde todos ganham» (FT. 228. Na certeza de que perante um certo objetivo comum, poder-se-á contribuir com diferentes propostas técnicas, distintas experiências, e trabalhar em prol do bem comum» torna-se necessário «procurar identificar bem os problemas que atravessa uma sociedade, para aceitar que existem diferentes maneiras de encarar as dificuldades e resolvê-las».

Na verdade, «o caminho para uma melhor convivência implica sempre reconhecer a possibilidade de que o outro contribua com uma perspectiva legítima, pelo menos em parte, algo que possa ser recuperado, mesmo que se tenha equivocado ou tenha agido mal» (FT. 228).

Reconhecendo que «o árduo esforço por superar o que nos divide, sem perder a identidade de cada um, pressupõe que em todos permaneça vivo um sentimento basilar de pertença», somos interpelados a «persistirmos na labuta por favorecer a cultura do encontro que exige que, no centro de toda a ação política, social e económica, se coloque a pessoa humana, a sua sublime dignidade e o respeito pelo bem comum» (FT. 232).

3. Unir o presépio à edificação da Paz. Realmente celebrar neste primeiro dia do ano a Solenidade de Nossa Senhora Mãe de Deus e o compromisso pela Paz, interpela-nos a percorrer os caminhos que levam à Paz. Desde logo reconhecer que esta, sendo uma tarefa de todos, é antes de mais um dom divino a ser implorado.

De facto, o nascimento de Jesus de Nazaré é anunciado pelos Anjos na proclamação que desperta para dar glória Deus e Paz aos homens que Ele ama. Jesus Cristo é anunciado como o Príncipe da Paz.

Neste sentido, o fundamento mais sólido para a edificação da Paz exige deslocarmo-nos ao encontro com Jesus de Nazaré e deixarmo-nos envolver pela comunhão e pela missão que nos levará, não só a moldarmos o nosso ser pela ternura dos seus gestos, mas a tornarmos-nos arautos e mensageiros da Boa Notícia que se traduz na comunhão com Deus e na convivência fraterna entre todos os irmãos.

O imperativo evangélico de colocar em primeiro lugar os marginalizados e os simples, os pobres e os abandonados, é essencial para a promoção da Paz.

As Bem-aventuranças vividas tornam-se deste modo o melhor caminho para alcançar a Paz.

Devemos alertar-nos para o facto de que «a promoção da amizade social implica não só a aproximação entre grupos sociais distanciados a

partir dum período conflituoso da história, mas também a busca dum renovado encontro com os setores mais pobres e vulneráveis» (FT. 233).

Compete à comunidade cristã e a cada cristão como discípulo de Cristo serem verdadeiros obreiros de uma sociedade onde a Paz reine e sinal dos caminhos que conduzem à Paz.

4. A Paz vivida e desafiada em cada época da história. O Santo Padre, em cada ano, elege um tema específico para convidar todos os homens e mulheres de boa vontade a reflectirem e a empenharem-se em favor da Paz.

Este ano o Papa Francisco oferece-nos uma reflexão a partir das interpelações lançadas pela Inteligência Artificial (IA). Atendendo aos progressos científicos e tecnológicos e propondo-se afrontar o futuro da inteligência artificial, os seus riscos e promessas, coloca um primeiro desafio a que chama de «sentido do limite».

A propósito refere o Santo Padre «reconhecer e aceitar o próprio limite de criatura é condição indispensável para que o homem alcance ou, melhor, acolha a plenitude como uma dádiva; ao passo que, no contexto ideológico dum paradigma tecnocrático animado por uma prometeica presunção de autossuficiência, as desigualdades poderiam crescer sem medida, e o conhecimento e a riqueza acumular-se nas mãos de poucos, com graves riscos para as sociedades democráticas e uma coexistência pacífica» (nº4).

Como em qualquer domínio do humano a questão ética deve estar presente. Dada a complexidade e a ambição que esta área do saber e da tecnologia despertam, é crucial levantar a questão da ética como condição da dignidade do homem.

A este respeito afirma o Papa Francisco que «a falta de níveis diversificados de mediação que tais sistemas introduzem está particularmente exposta a formas de preconceito e discriminação: os erros do sistema podem multiplicar-se facilmente, gerando não só injustiças em casos individuais, mas também, por efeito dominó, verdadeiras formas de desigualdade social» (nº 5). E, acrescenta o texto,

«o respeito fundamental pela dignidade humana requer a rejeição de que a unicidade da pessoa seja identificada com um conjunto de dados» (nº 5).

Eis um enorme desafio que se lança no plano educativo e cultural e exige um espírito crítico capaz de provocar na pessoa um autêntico discernimento.

Verdadeiramente a paz exige um compromisso comum e alicerces sólidos assentes num verdadeiro humanismo, do qual terá de fazer parte sublime a comunhão com Deus, para ser robusta e duradoira.

Termino, expressando os meus votos de feliz ano novo para todos os diocesanos, os que estão no nosso território e os que estão na diáspora, às famílias, às crianças, jovens e idosos, mas sobretudo aos mais pobres e marginalizados, aos que estão presos e aos doentes e a viver na solidão.

Imploro de Nossa Senhora, Mãe de Jesus e nossa Mãe, de S. Bartolomeu dos Mártires, de S. Teotónio, de S. Paulo VI e de S. João Paulo II que abençoem todos os diocesanos de Viana do Castelo e que nos encaminhem pelas sendas da paz e da comunhão fraterna.

Viana do Castelo, 28 de Dezembro de 2023

+João Lavrador, Bispo de Viana do Castelo